

VIII Encontro Nacional de Estudos do Consumo  
IV Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo  
II Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo  
Comida e alimentação na sociedade contemporânea  
9,10 e 11 de novembro de 2016  
Universidade Federal Fluminense em Niterói/RJ

**A MERCANTILIZAÇÃO EM CONTRAMOVIMENTO: RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE E  
COESÃO SOCIAL NA AGRICULTURA SUSTENTADA PELA COMUNIDADE EM MINAS  
GERAIS**

Daniele Eckert<sup>1</sup>, Fábio Bittencourt Meira<sup>2</sup>,

**RESUMO:** A mercantilização na agricultura é contrária à autonomia dos indivíduos, subordinando sua reprodução material e social. É o mecanismo responsável pela expansão do modelo convencional de organização da produção e distribuição de alimentos, com livre circulação entre países e intensa presença de intermediários na distribuição. A Agricultura Sustentada pela Comunidade (CSA) emerge neste contexto como alternativa ao pequeno produtor familiar. Caracteriza-se como contramovimento que aproxima produção e consumo, encurtando a cadeia de distribuição, e adiciona qualidade ao alimento, adotando a produção agroecológica. O problema que norteou esta pesquisa foi a compreensão das formas de contramovimento e sua configuração na CSA. Os resultados indicam a coexistência da troca mercantil com outros princípios da ação econômica, principalmente a reciprocidade. Isto significa uma economia de amizade, tolerância, fidelidade e comprometimento, com o estabelecimento de um *ethos* comunitário em torno do alimento. A CSA parece ser uma alternativa eficaz para a construção da autonomia e coesão social de indivíduos e grupos entrelaçados nessas redes de alimentos. Se assim for, os resultados desta pesquisa levam a refletir sobre o êxodo rural, a diminuição da pobreza, a inclusão da alimentação saudável nas políticas de saúde pública, bem como a promoção de iniciativas produtivas que preservem o meio ambiente.

**Palavras-chave:** Agricultura Sustentada pela Comunidade (CSA); Mercantilização da agricultura; Reciprocidade.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Administração na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: daniele\_eckert@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV) e Professor Adjunto da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: fabio.meira@ufrgs.br

## 1. INTRODUÇÃO

A Agricultura Sustentada pela Comunidade (CSA) é uma modalidade de organização da cadeia de produção e distribuição de alimentos que se manifestou no Brasil em 2011. Caracterizada pela produção de alimentos orgânicos ou agroecológicos, é realizada por agricultores familiares nos seguintes moldes: colheitas semanais – de vegetais, legumes ou frutas, sempre locais e da estação – e fornecimento de cestas de alimentos frescos para grupos de consumidores, todos vinculados previamente aos produtores. Observa-se o primeiro objetivo dessa iniciativa: eliminar o intermediário reconectando produtor e consumidor. A principal inovação está na forma de financiar a produção criando vínculos entre agricultores e consumidores, que visitam com regularidade a unidade rural, verificam o andamento da produção, ajudam no plantio, na colheita e na entrega das cestas de alimentos, ou mesmo fazem visitas para atividades de lazer.

Se a CSA não é antagônica ao sistema, ao menos coloca-se como crítica ao mercado convencional de alimentos, incentivando a comercialização mais justa. Henderson e Van En (2007) apontam a CSA como possibilidade para os pequenos produtores enfrentarem os riscos de um mercado cada vez mais competitivo. Além das receitas e preços vantajosos, há uma partilha de riscos e benefícios entre consumidores e produtores. Constitui-se assim uma resposta concreta à dominância do agronegócio, ao uso intensivo de produtos químicos e à industrialização dos alimentos, numa forma que se diferencia do sistema convencional pela importância concedida a alimentos gerados em harmonia com a natureza.

Esta pesquisa partiu da compreensão de que o modelo convencional hegemônico generaliza um movimento de mercantilização da agricultura que perturba a sociedade. Eleva a dependência do capital financeiro e industrial para a realização das atividades agrícolas. Reduz a renda de produtores ao mesmo tempo que eleva o preço para os consumidores, especialmente em decorrência da inserção de intermediários numa cadeia de distribuição cada vez mais global. Os alimentos perdem qualidade nutricional devido ao uso de sementes modificadas, agroquímicos e fertilizantes industriais. Isto traz prejuízos à saúde humana, degrada o meio ambiente, impacta nos custos de produção e reduz a autonomia dos produtores e consumidores. O processo leva à perda gradual de controle dos indivíduos sobre a reprodução material da vida – tanto na condição de produtores quanto de consumidores. A mercantilização impacta a sociedade com o incremento de pobreza, a crescente insegurança alimentar, o êxodo rural, mais danos à saúde e ao meio ambiente, além da perda identitária, do senso de comunidade, culturalmente associado à alimentação.

Karl Polanyi (2012a; 2012b) fornece as ferramentas analíticas para a compreensão do movimento de mercantilização e seu impacto social. O conceito de *contramovimento* define uma resistência correlata à luta por autonomia de indivíduos e grupos sociais que não vivem relações mercantis em sua forma pura, mas as combinam com outras: reciprocidade, redistribuição e domesticidade (POLANYI, 2012a; 2012b). A apreensão hegemônica dos processos econômicos não é capaz de identificar esta pluralidade de princípios de regulação: as relações econômicas têm estruturas que vão além do mercado e são essas interações e vínculos sociais que motivaram e justificam a pesquisa do fenômeno CSA. De acordo com Polanyi (2012a e 2012b),

a coesão social na sociedade moderna configura-se em contramovimento aos padrões de mercado. Dito isso, a hipótese que orientou a investigação aqui apresentada é a de que, nas atividades realizadas no âmbito da CSA, coexistem com a troca mercantil outros princípios de regulação. Uma vez que a cooperação e a proximidade entre produtores e consumidores são conceitos-chave, supõe-se haver momentos nos quais princípios econômicos não mercantis prevaleçam, originando relações condizentes com uma maior coesão social. Dessa forma, a CSA poderia ser pensada como *contramovimento* ao sistema convencional de mercantilização da agricultura. A hipótese é útil para sustentar uma questão-problema e um objetivo de pesquisa, que aqui emergiram em razão de uma lacuna na literatura e podem ser assim enunciados: *diante da generalização do processo de mercantilização, quais formas de contramovimento se configuram na Agricultura Sustentada pela Comunidade?*

O recorte desta pesquisa se fez a partir da observação de uma experiência real situada na região sudeste do Brasil, com base em observação participante orientada pelos objetivos de (a) compreender o contexto e as motivações que originaram a CSA na região; (b) descrever e caracterizar o modo de operação da CSA observada; (c) identificar de que forma se concretizam as trocas e quais as implicações das relações de reciprocidade no circuito da CSA; (d) analisar como a CSA possibilita ou fortalece as condições necessárias para a reprodução material e social dos indivíduos, especialmente dos pequenos agricultores, no sentido de favorecer ou restringir sua autonomia.

## **2. AGRICULTURA SUSTENTADA PELA COMUNIDADE (CSA)**

A Agricultura Sustentada pela Comunidade (CSA) é uma forma de organização da cadeia de produção e distribuição que está emergindo no Brasil como alternativa à mercantilização dos sistemas alimentares. O equivalente à primeira CSA foi desenvolvido no Japão em 1971, iniciado por um grupo de mulheres que estavam preocupadas com o uso de pesticidas, o aumento da industrialização e de alimentação importada, além do decréscimo da população de agricultores locais (HENDERSON E VAN EN, 2007). Na mesma época, havia outra iniciativa semelhante no Chile (MCFADDEN, 2004). Esse conceito da CSA migrou para a Europa e para o contexto norte-americano (HENDERSON E VAN EN, 2007; MCFADDEN, 2004) e foi muito além, cresceu para o nível de um movimento global, atingindo quase todos os continentes. No Brasil, as iniciativas de CSA são muito recentes. O primeiro grupo começou em julho de 2011 em São Paulo e a partir disso tem se expandido gradualmente pelo país, não havendo estudos em profundidade sobre o tema.

Um princípio fundamental de uma CSA é a promoção de um modelo de produção que não seja nocivo ao ser humano e ao entorno, sendo esta uma “condição pétrea” para participar de um modelo orgânico e/ou agroecológico de produção. Os outros princípios da CSA são a ajuda mútua, a diversificação da produção, aceitação de produtos da época, a comercialização com preços justos, a criação e manutenção de relações de amizade, a gestão democrática, a aprendizagem mútua, a produção e consumo local (CSA BRASIL, 2015).

Por meio da CSA, há estudos indicando que os consumidores passam a respeitar e apreciar as habilidades dos agricultores e expressam essa apreciação com as relações de amizade, o suporte financeiro e a ajuda no campo. Os membros e os consumidores convergem em uma comunidade vital e criativa, que celebra a diversidade, tanto social quanto biológica, e fazem com que a justiça e a segurança alimentar se tornem realidade por meio dos produtos ecológicos e comercializados de uma forma mais justa para ambos (HENDERSON E VAN EN, 2007; URGENCI, 2016). Por isso, talvez essas iniciativas de CSA possibilitem uma maior coesão nas comunidades por meio dessa aproximação entre produtor e consumidor e das relações de solidariedade e reciprocidade estabelecidas entre eles, atuando frente aos processos de mercantilização na agricultura.

### **3. MOVIMENTO DE MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA**

Os sistemas alimentares enfrentam um movimento de mercantilização em um processo de transformação e modernização da agricultura iniciado nas últimas décadas, com estreita correspondência com a reestruturação capitalista da agricultura, impulsionada especialmente pela Revolução Verde e pelo neoliberalismo. A Revolução Verde envolve novas técnicas e tecnologias no ambiente agrícola, como o uso de mecanização, sementes modificadas, adubos e fertilizantes industriais, agroquímicos em geral e biotecnologias. Através dela ocorreu um aumento da dependência do mercado pelos agricultores, que passaram a necessitar de fatores externos à propriedade (GAZOLLA E SCHNEIDER, 2005), uma vez que os processos dificilmente podem se reproduzir fora do alcance do capital (ESCHER, 2011; SCHNEIDER E ESCHER, 2011). Isso impacta numa alteração na sua autonomia relativa e transforma as suas condições objetivas (materiais) e subjetivas (simbólicas) de reprodução social (ESCHER, 2011).

Muitas atividades rurais familiares, que no passado dispunham de um diversificado conjunto de produções e fontes de ingresso econômico, não conseguiram incorporar essas transformações e acabaram falindo. Abramovay (2007), Ploeg (2010) e Schneider (2004) relatam que houve um grande abandono do campo (êxodo rural) pelos pequenos agricultores. Schneider e Escher (2011) relatam a desarticulação regional dos processos de desenvolvimento econômico e o surgimento de problemas de saúde nos agricultores, decorrentes do uso de agroquímicos e de técnicas insustentáveis ecologicamente. As unidades de agricultura familiar que conseguiram sobreviver foram conduzidas pelo mercado a uma especialização, passando a depender de uma única atividade, a monocultura (SACCO DOS ANJOS, CALDAS E HIRAI, 2010; SCHNEIDER, 2004).

É inegável que muitos grupos se beneficiaram dessa nova relação da agricultura com o mercado. Em conjunto com mudanças na política e na economia mundial, grandes impérios agrícolas e alimentares formaram-se. Eles são personificados por grandes empresas comerciais de alimentos, agronegócios e redes de supermercados (PLOEG, 2008) e controlam cada vez mais amplos segmentos da cadeia mundial,

tornando muito difícil para os agricultores familiares e os consumidores a venda e compra fora dos circuitos controlados por eles. Merece destaque a estreita relação com o êxodo rural, em função da permanente pressão para a queda dos valores recebidos pelos produtores primários (PLOEG, 2010). De outro lado, esses impérios exercem uma pressão ascendente sobre os preços pagos pelos consumidores (PLOEG, 2008).

De fato, o desenvolvimento de cadeias mais longas é uma das principais características do sistema agroalimentar moderno, acompanhado por uma queda nos rendimentos dos agricultores e limitação de opções para os consumidores, gerando dietas menos variadas e menos saudáveis (BORJA ET AL 2013), somados ao aumento da degradação contínua do capital ecológico e da pobreza na sociedade (PLOEG, 2010). Assim, a mercantilização diminui a autonomia da sociedade e, conseqüentemente, a coesão social (GAZOLLA E SCHNEIDER, 2005).

#### **4. REGULAÇÃO ECONÔMICA E COESÃO SOCIAL**

O debate sobre a mercantilização dos sistemas alimentares recupera a agenda das questões trazidas por Karl Polanyi sobre a pluralidade das formas econômicas. A lente teórica oferecida por Polanyi (2000, 2012a, 2012b) sustenta que as motivações humanas para a produção e a distribuição são asseguradas por motivações não econômicas. Entretanto, a economia constitui uma parte vital de cada comunidade humana, sem a qual nenhuma sociedade poderia existir. No sentido substantivo, é um processo instituído de interação entre o homem e o seu ambiente, servindo à reprodução material da própria vida (POLANYI, 1977).

Há diversas formas possíveis de organização da economia e maneiras de ser influenciada pelas metas da sociedade. A institucionalização de cada um dos processos de organização se realiza por meio de princípios básicos de comportamento, também chamados de formas de integração. Eles são capazes de nortear a atividade econômica em qualquer tipo de sociedade. Os princípios básicos de comportamento são a reciprocidade, a redistribuição e a troca de mercado. São formas de integração não excludentes, isto é, cada princípio pode coexistir de forma subordinada ao lado de um dominante, e nenhum deles representa estágios de um desenvolvimento, pois não há sequência temporal ou evolutiva implicada (2012b).

A tese da pluralidade das formas de regulação econômica é de suma importância para se pensar formas alternativas de regulação que coexistam com o mercado capitalista contemporâneo. Entende-se que algumas dessas formas atuem como proteção ao movimento de mercantilização e possibilitem mais controle dos indivíduos sobre as atividades dos sistemas. Segue disso que uma das alternativas possíveis para lidar com a mercantilização nos sistemas alimentares é que, mesmo em uma economia centrada no mercado, busque-se o desenvolvimento de outros mecanismos regulatórios mais capazes de proteger o tecido social e o meio ambiente das pressões exercidas pelo movimento da mercantilização. Para alcançar a liberdade em uma sociedade complexa, a sociedade precisa buscar uma reafirmação dos valores essenciais da vida humana. A última palavra, portanto, é a sociedade. Ela precisa ser redescoberta (POLANYI, 2012a e 2012b).

## **5. RECIPROCIDADE E CONTRAMOVIMENTO**

Através da visão substantiva da economia de Polanyi, percebendo a dependência do homem em relação à natureza e aos seus semelhantes, é possível pensar na existência dos espaços de reciprocidade coexistindo com as relações de troca mercantil e atuando como um contramovimento à mercantilização dos sistemas alimentares. Especialmente no contexto brasileiro, caracterizado pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e chegando a ocupar o posto de maior consumidor mundial de agrotóxicos, as reivindicações dos movimentos sociais ambientalistas começam a despertar a atenção da sociedade e podem despertar novas mudanças no sistema agroalimentar (NIEDERLE E ALMEIRA, 2013). Soma-se isso ao histórico de exclusão da agricultura familiar e camponesa e ao aumento da condição de insegurança alimentar em escala global tanto no que diz respeito ao acesso a esses alimentos quanto pela sua baixa qualidade nutricional (PEREZ-CASSARINO E FERREIRA, 2013).

Propõe-se aqui a possibilidade de que a CSA constitua um contramovimento em vista dos esforços conjuntos de produtores e consumidores. Nesse contramovimento, articulam-se reciprocidade e troca mercantil, o que ocorre mediante diferentes mecanismos entrelaçados: o estabelecimento de relações de reciprocidade entre produtores e consumidores, a redistribuição direta de alimentos e o encurtamento das cadeias de distribuição. Em conjunto, esses mecanismos podem devolver aos indivíduos um maior controle sobre os sistemas alimentares. Ao aumentar a autonomia relativa, promovem ou fortalecem a coesão social e melhoram as condições de reprodução material e social.

### **5.1 Reciprocidade**

A reciprocidade é caracterizada por movimentos de tomar e dar sucessivos entre indivíduos ou grupos e em relações de longo prazo, baseadas na aceitação e na confiança, com a valorização de atos considerados honestos e honrosos; o que regula a produção e a distribuição são as normas de comportamento social, tais como parentesco, amizade, associação ou cooperação (POLANYI, 2012a). O princípio da reciprocidade caracteriza relações e prestações que não privilegiam apenas a satisfação dos interesses materiais privados (CHABAL E TEMPLE, 1998; SABOURIN, 2011c).

Sabourin (2011a, 2011c e 2014) alerta que, a maioria das sociedades rurais apresenta sistemas mistos, nos quais as práticas socioeconômicas de troca e reciprocidade coexistem, coincidindo com a noção da coexistência dos princípios de regulação de Polanyi. Convém ressaltar que a noção de sistemas mistos é explicativa e serve como uma representação teórica e uma ferramenta de análise. Diferenciar as lógicas da troca e da reciprocidade somente é possível mediante a análise das práticas, do projeto em realização, dos valores dos indivíduos que participam e das estruturas relacionais implementadas. Trata-se de verificar se as ações resultam apenas de uma lógica de concorrência que visa ao acúmulo do lucro para fins privados ou se

eles participam também de uma lógica de ampliação da reciprocidade que associe a satisfação das necessidades do grupo com o interesse para si. Nesse caso, reencontramos a ideia substantivista de Polanyi, que considera a economia sob a ótica da satisfação das necessidades e práticas (SABOURIN, 2009).

A reciprocidade pode assumir as formas positiva, negativa e simétrica. A forma simétrica, de interesse como categoria de análise, implica um sentimento de justiça e expressa uma preocupação com a harmonia social do grupo, para que cada um possa satisfazer suas necessidades elementares (SABOURIN, 2011c, p. 225) e produz valores afetivos e éticos, como a confiança, a amizade, a justiça e a responsabilidade. Em relação ao ambiente rural, a reciprocidade simétrica pode ocorrer em situações de ajuda mútua, solidariedade, cooperação e partilha (SABOURIN, 2011c).

Na ajuda mútua as relações de reciprocidade produzem ou reproduzem valores de amizade e de confiança, além de valores materiais de uso. Eles são expressos em termos de qualidade das relações sociais, de satisfação, de reconhecimento, de respeito, de festas e de espírito de grupo. Eles constituem tanto um resultado quanto um incentivo para a reprodução dos ciclos de reciprocidade (SABOURIN, 2011C). No compartilhamento do trabalho os valores afetivos e éticos gerados correspondem a um sentimento de pertencimento e de confiança (SABOURIN, 2009).

## **5.2 Redistribuição direta de alimentos**

O conceito da redistribuição direta de alimentos engloba a produção para o autoconsumo (SACCO DOS ANJOS, CALDAS E HIRAI, 2010; PLOEG, 2008; SABOURIN, 2011a). Nesse tipo de relação, a lógica da reciprocidade domina a lógica de troca (SABOURIN, 2011a). Trata-se da autossuficiência das famílias de agricultores e está atrelada a uma preocupação para suprir suas necessidades e que a produção seja, em primeiro lugar, destinada ao consumo do grupo familiar (PLOEG, 2008; SABOURIN, 2011c).

Além disso, a redistribuição direta de alimentos necessariamente deve ser pensada em termos do nível de renda obtido (PLOEG, 2008). As famílias que vivem no ambiente rural e fortalecem a produção para o autoconsumo auferem maiores rendas agrícolas, demonstrando a importância dessa atividade para a sua reprodução material e social. Um bom indicador é avaliar se o montante produzido é suficiente para alimentar o grupo familiar ou se precisam adquirir essa classe de produtos no mercado (GAZOLLA, 2004).

A mobilização de recursos pelos próprios agricultores também pode ser considerada uma categoria ampliada da redistribuição direta de alimentos. Conforme Ploeg (2008), recursos materiais e sociais relevantes, como gado, rações e forragens, fertilizantes, sementes, mão de obra, conhecimento, capital de giro, dentre outros, podem ser mobilizados por transações de mercado e, conseqüentemente, entrar no processo de produção como mercadorias, podem ser mobilizados por trocas reguladas mediante as relações de reciprocidade, ou podem ser produzidos na unidade agrícola. Quanto mais eles forem recursos produzidos, reproduzidos e reutilizados na própria unidade agrícola, maior será a autonomia do agricultor em relação ao mercado.

### **5.3 Encurtamento das cadeias de distribuição**

Uma atividade de CSA é um tipo de associação que aproxima produtor e consumidor mediante o encurtamento da cadeia de distribuição de alimentos agroecológicos ou orgânicos. Esse encurtamento da cadeia significa que recebe vários nomes na literatura, sendo o termo predominante cadeias curtas (BORJA ET AL, 2013; MATTE ET AL, 2014; SABOURIN, 2006). As cadeias curtas podem constituir sistemas mistos entre a troca mercantil e a reciprocidade (SABOURIN, 2006; 2009, 2011a; 2011c; 2014) porque, apesar de existir uma relação de troca, o contato direto entre o produtor e o comprador permite redobrá-la em uma relação de reciprocidade, dando lugar a relações humanas, como em conversas e explicações em torno do produto, do trabalho, das receitas. Essa relação gera valores afetivos, como a amizade, o reconhecimento mútuo ou os valores de fidelidade e respeito (SABOURIN, 2009, 2011c).

Isso reforça a noção de autonomia relativa e confere uma maior participação aos consumidores e aos produtores na definição dos modos de produção, troca e consumo (DAROLT, LAMINE E BRANDEMBURG, 2013). Eles podem caracterizar movimentos de resistência voltados à realocação do controle dos sistemas alimentares (PETERSEN, 2013), pois oferecem alternativas à troca desigual e à exploração capitalista, ao valorizar os atributos específicos dos territórios locais e os valores humanos éticos, afetivos e de identidade gerados por essas relações de reciprocidade (SABOURIN, 2014). Assim, é muito factível afirmar que a CSA constitui uma rede de produção e comercialização de alimentos agroecológicos com espaços de reciprocidade que atuam, principalmente, em função do encurtamento das cadeias.

## **6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para buscar compreender as relações existentes na Agricultura Sustentada pela Comunidade, foi realizado um acompanhamento ao longo de sete meses em um grupo de CSA em Minas Gerais, aqui denominado CSA Alfa. Trata-se de um estudo de caso mediante observação participante. As observações in loco foram realizadas em quatro etapas, em períodos no qual se fez residência junto à família de um dos produtores, foi acompanhado intensamente a sua rotina de trabalho e as suas relações cotidianas com os consumidores da CSA, foram realizadas visitas e entrevistas com os outros dois produtores e entrevistas com o técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) daquela região. Foi acompanhado o transporte e a entrega das cestas de alimentos aos consumidores em Belo Horizonte, situação em que ocorreram conversas com os consumidores que retiravam as suas cestas e também com os que trabalhavam de forma voluntária auxiliando nessa atividade. Também foi realizada uma entrevista e ocorreram uma série de momentos de interação com a pessoa que construiu a CSA Alfa (Mentor), assim como acompanhamento nas reuniões dos consumidores que atuam na gestão do grupo e momentos de interação e lazer realizados entre os agricultores e os consumidores. Ao final foram obtidas 21 horas de gravação nas entrevistas realizadas e 324 registro fotográficos, além das anotações no diário de campo.

No período entre os acompanhamentos in loco foi realizado um contato quinzenal com um dos agricultores por telefone, foram acompanhadas as trocas de e-mail realizadas entre o grupo, as conversas por telefone via aplicativo Whatsapp entre todos os participantes da CSA Alfa e movimentado diariamente, foi possível participar como ouvinte de reuniões de gestão via internet e houve contato com os consumidores que participam da gestão do grupo periodicamente. Por fim, cabe salientar que, ao longo da pesquisa, foi concedido o acesso à pasta de e-mails da CSA desde a sua origem, possibilitando a leitura de todos os e-mails que foram recebidos e enviados. Os dados obtidos foram explorados por meio de análise descritiva, seguindo a orientação de Angrosino (2009) para decompor o fluxo de dados obtidos em busca de compreender padrões e regularidades e capturar os comportamentos partilhados pelo grupo.

## **7. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **7.1 O contexto e as motivações que originaram a CSA Alfa na região de Minas Gerais**

A CSA Alfa surge na região metropolitana de Belo Horizonte por iniciativa dos consumidores, em especial daquele que aqui será chamado Mentor. O Mentor caracteriza um repórter fotográfico que abandonou a sua profissão para ir em busca de uma forma de vida mais próxima de seus valores pessoais. Ele obteve ajuda da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) para encontrar potenciais produtores na região.

Os dois primeiros agricultores a ingressar na CSA Alfa (Produtor 1 e Produtor 2) possuem histórico de vida e motivações muito similares. Ambos por décadas praticavam a agricultura convencional, cultivando apenas uma variedade de alimentos por safra (monocultura), sempre com o uso de fertilizantes químicos e, em diversos plantios, valiam-se do uso de agrotóxicos. Nesse período, a comercialização dos alimentos era realizada por intermediários que revendiam os produtos em outros canais ou diretamente na Ceasa da região (Central de Abastecimento de Minas Gerais). Ambos passaram uma série de dificuldades financeiras, sendo que o Produtor 1 inclusive sofreu o êxodo rural, retornando posteriormente às atividades. Foi em contexto similar, vendendo para intermediários na cadeia distributiva que tiveram o primeiro contato com o Mentor. Ambos agricultores relatam que decidiram participar em razão da garantia do escoamento da produção, pois na modalidade anterior com frequência sofriam prejuízos.

Ao longo da pesquisa, foram realizadas conversas de forma mais aprofundada com 20 consumidores, especialmente os primeiros a ingressar no grupo, para tentar compreender a motivação de engajamento na CSA Alfa. Aparentemente, há indícios de um forte afastamento da lógica predominante na troca de mercado. A maioria dos relatos indica a busca por uma alimentação saudável e de qualidade por meio de alimentos orgânicos e o desejo de uma aproximação de pessoas que tenham valores compartilhados e o mesmo estilo de vida. Essa busca pela construção de um vínculo associativo pode ser o primeiro indício de uma intenção desses indivíduos em relação à ampliação e ao fortalecimento dos laços sociais por meio da participação na CSA. Além disso, a impessoalidade, a individualidade e o mero interesse em adquirir alimentos pelo menor

preço não foi a fala predominante entre esses consumidores, pois, quando questionados se havia diferença de preço entre a CSA e d canais, a grande maioria informou que não sabiam, pois não realizaram um comparativo. Apenas dois dos vinte consumidores avaliaram preço para decidir sobre a sua participação.

Os consumidores também relataram motivações atreladas ao incentivo à produção agroecológica local, a eliminação do intermediário ao comprar direto do produtor e a certeza da origem do produto que consomem. Dentro da CSA Alfa, o termo consumidor sequer é utilizado, o grupo faz referência a “coprodutores”. O mentor explica que “o consumidor é aquele que vai lá no sacolão comprar e consumir, enquanto o coprodutor não é um consumidor, ele está financiando a produção e é um parceiro do produtor” (MENTOR).

O Produtor 3 é um dependente químico que foi para uma fazenda de recuperação e aprendeu a manusear hortas agroecológicas. Compreende que trabalhar com a CSA é uma boa oportunidade para ajudar na sua recuperação e por isso buscou ingressar. A explicação dos consumidores para justificar a aceitação do Produtor 3 na CSA parece indicar uma preocupação em direção a uma solidariedade e um senso de responsabilidade com aquela comunidade rural. A Consumidora 6, que integra a gestão, ofereceu a seguinte explicação: “A gente tem uma responsabilidade social de apoiá-lo. Se a proposta da CSA é transformação social, nada mais justo do que dar uma chance para ele recomeçar” (CONSUMIDORA 6).

Dessa forma, o contexto e as motivações que levaram à formação da CSA, em primeiro lugar, sinaliza uma forte presença da mercantilização no ambiente agrícola. Além disso, as motivações para o engajamento podem indicar uma tentativa de contramovimento a essa mercantilização ao buscar a garantia do escoamento da produção e ao considerar questões além das financeiras, como um compartilhamento de valores.

## **7.2 Modo de operação da CSA Alfa**

A CSA Alfa é uma associação informal entre produtores e consumidores que assumem para si a responsabilidade da organização da cadeia de produção e distribuição de alimentos agroecológicos mediante a eliminação do intermediário nesse processo. Os consumidores realizam a maior parte da gestão. Eles justificam essa opção explicando que o produtor quer lidar somente com o plantio no ambiente rural. Essas informações são confirmadas e, com frequência, ressaltas pelos produtores.

No início do acompanhamento desta pesquisa, a CSA Alfa era composta por dois agricultores (Produtor 1 e Produtor 2) que vivem na zona rural da região metropolitana de Belo Horizonte e um total de 72 famílias de consumidores, a grande maioria residente em Belo Horizonte, Minas Gerais. Cada um deles fornecia uma cota de cesta semanal com alimentos suficientes para um grupo familiar de quatro pessoas. Entretanto, algumas alterações importantes ocorreram ao longo da pesquisa. Por exemplo, ingressou o Produtor 3, o valor pago pelos consumidores sofreu alteração para um valor maior, foi alterada a sistemática das cestas buscando atender indivíduos que moram sozinhos e o Produtor 1 incorporou ao processo produtivo para a

CSA o trabalho dos seus dois filhos, que não tinham experiência prévia com a agricultura, por isso aqui serão denominados da Aprendiz 1 e Aprendiz 2. A tabela a seguir sintetiza as principais informações:

Quadro 1 – Integrantes da CSA Alfa

| <b>Grupos de produtores da CSA Alfa</b>                       | <b>PRODUTOR 1<br/>APRENDIZ 1<br/>APRENDIZ 2</b>             | <b>PRODUTOR 2</b>                   | <b>PRODUTOR 3</b>                    |
|---|---|-------------------------------------|--------------------------------------|
| Ingresso na CSA Alfa  | Janeiro de 2015   | Fevereiro de 2015                   | Outubro de 2015                      |
| Primeira Colheita   | Março de 2015   | Maio de 2015                        | Março de 2016                        |
| Nº de famílias de consumidores vinculadas em setembro de 2015 | 40 famílias em 40 cestas familiares                         | 32 famílias em 32 cestas familiares | N/A, pois o grupo estava em formação |
| Valor da mensalidade dos consumidores (cota mensal)           | R\$ 110,00  | R\$ 110,00                          | N/A                                  |
| Nº de famílias de consumidores vinculadas em abril de 2016    | 63 famílias em 37 cestas familiares e 26 cestas individuais | 32 famílias e 32 cestas familiares  | 40 famílias e 40 cestas familiares   |
| Valor da mensalidade dos consumidores (cota mensal)           | R\$ 150,00 cestas familiares e R\$ 80,00 cestas individuais | R\$ 140,00                          | R\$ 140,00                           |

Fonte: Autora (2016).

Os alimentos que a CSA Alfa produz são denominados agroecológicos porque, dentre outros critérios, são produzidos sem agrotóxicos, fertilizantes ou quaisquer produtos químicos, mas não são certificados como orgânicos. Existe um acordo de que o produtor deve planejar a sua produção para entregar uma variedade mínima de 7 diferentes alimentos nas cestas, dentre legumes, vegetais e frutas, sempre frescos e daquela estação. Do valor pago pelos consumidores, 70% fica para o produtor e 30% para gerir a CSA Alfa.

A CSA Alfa possui três pilares de sustentação: alimentação saudável, agricultura sustentável e transformação social, expressos em um regimento interno. As relações de confiança são essenciais para o funcionamento da CSA Alfa. Essa é a palavra que aparece espontaneamente com muita frequência nos discursos dos produtores e dos consumidores para definir a ausência de um contrato formal, a dinâmica que envolve o pagamento prévio pelos consumidores, o ato de produzir do agricultor e a ausência de certificação formal e para definir que simplesmente acreditam e confiam na realização do “compromisso” que foi assumido por esses produtores e consumidores entre si. Essa é a primeira pista sobre a existência da pluralidade das formas econômicas na CSA Alfa e da preponderância do princípio da reciprocidade na sua articulação com a troca de mercado. Os valores afetivos e morais produzidos e relatados por agricultores e consumidores correspondem ao proposto na literatura: a confiança e o senso de responsabilidade.

Não existe uma determinação nem regularidade da quantidade, do tipo ou da qualidade dos itens que compõem a cesta recebida pelos consumidores. Eles nunca sabem o que irão receber, pois dependerá do que o produtor conseguiu colher. A colheita da semana é dividida entre os consumidores vinculados. Apesar do combinado ser uma cesta mínima de sete produtos, quando o agricultor consegue colher mais do que esse mínimo, esses produtos vão para a cesta. Da mesma forma, na ocorrência de qualquer imprevisto que impossibilite a colheita, serão enviados menos itens ou até não terá envio de alimentos, sendo esse o risco assumido previamente por todos os consumidores. As cestas com os alimentos são montadas pelos agricultores sempre nas sextas-feiras. Não se utiliza embalagens, para reduzir o custo e porque o grupo tem

uma forte orientação para reduzir os impactos ambientais na atividade produtiva e distributiva. Aos sábados pela manhã, um caminhão coleta as cestas nos agricultores e vai para Belo Horizonte. A entrega da cesta ocorre pelos próprios consumidores, que trabalham de forma voluntária. A cada final de semana são dois novos voluntários.

O trabalho para manter a CSA Alfa ocorre primordialmente de forma voluntária, com a participação aberta a todos que tiverem interesse em participar. Um grupo menor de consumidores se engaja mais ativamente formando um núcleo de gestão. As decisões cotidianas são realizadas no grupo de comunicação via Whatsapp entre todos os consumidores e produtores, sendo que algumas são desenvolvidas nas reuniões semanais do núcleo de gestão. Os produtores são os responsáveis pelas decisões sobre o processo produtivo, mas os consumidores acompanham e ajudam ativamente. A rotina é a de uma vez por semana alguns membros do núcleo de gestão visitarem o produtor para fazer o acompanhamento da sua plantação, que também tem forte auxílio da Emater daquela região.

O que se verifica ao longo do relato sobre o funcionamento da CSA Alfa é que o predomínio da agricultura convencional e dos valores associados ao princípio de troca nos sistemas alimentares não eliminou outras lógicas que também são capazes de atuar na regulação econômica. A comercialização dos alimentos neste grupo de CSA é o que remete ao componente mercantil, entretanto a CSA Alfa apresenta algumas diferenças em relação aos canais tradicionais de mercado. A primeira delas é que ela implementa uma interface entre a troca de mercado com vistas ao lucro e a reciprocidade, formando um sistema misto por meio da venda direta, eliminação do intermediário e das atividades de integração entre produtor e consumidor.

A segunda interface entre a troca mercantil e os demais princípios de regulação diz respeito à forma de produção da CSA. Os alimentos que são produzidos não são originados na forma de produção da agricultura tradicional. Há uma produção com alta variedade de alimentos pelo mesmo produtor em oposição à monocultura, há a utilização de esterco e folhas como adubos orgânicos, que se opõe ao uso de adubos e fertilizantes químicos, o produtor realiza capinas e tem o cuidado cotidiano na fiscalização em vez de utilizar produtos químicos para eliminar as ervas daninhas, bem como há uso de uma calda natural e orgânica para proteger a plantação, ao invés de matar, afastar invasores, em oposição ao uso de agrotóxicos.

Interligando os relatos dos produtores e dos consumidores que foram apresentados anteriormente e o modo de operação da CSA Alfa torna-se aparente que o que orienta essa forma de produção não é a lógica do *Homo Economicus*, que busca unicamente a obtenção do máximo lucro. Essas pessoas, tanto produtores quanto consumidores, buscam promover uma qualidade diferente ao alimento por meio da promoção da saúde, da valorização da origem e de quem o produz, da eliminação do intermediário, da aproximação e interação com pessoas de visão de mundo ou valores semelhantes e da preservação do meio ambiente, muitos deles sem avaliar a opção mais vantajosa financeiramente em comparação aos outros canais. Em conjunto, evidenciam a pluralidade das formas econômicas proposta por Polanyi. No entanto, essa interface vai além, ela apresenta características que permitem pensar na existência de um contramovimento à

mercantilização dos sistemas alimentares. O contato direto entre produtor-consumidor, produtor-produtor e consumidor-consumidor prioriza as relações humanas em detrimento da troca com vistas ao lucro, e daí podem surgir os valores afetivos e morais. É nesse contexto que adquire importância analisar as relações de reciprocidade e seu desdobramento na manutenção e ampliação da autonomia relativa e da coesão social.

### **7.3 Trocas e implicações das relações de reciprocidade no circuito da CSA**

Considerando e ressaltando novamente que a operação ocorre em um contexto capitalista e que a principal atividade econômica é a comercialização de alimentos, as suas relações inevitavelmente são regidas pela lógica inerente ao princípio da troca de mercado. Entretanto, a forma em que essas trocas se concretizam evidencia uma série de situações de ajuda mútua, solidariedade e compartilhamento, indicando a presença do que Sabourin (2006, 2009, 2011a, 2011c e 2014) denomina de sistemas mistos entre reciprocidade e troca.

Foram identificados quatro fatores que oferecem pistas sobre o predomínio das relações de reciprocidade. O primeiro fator remete a um compartilhamento prévio da visão de mundo entre os participantes, que foi identificado anteriormente, fazendo o engajamento deles não ficar atrelado substancialmente a questões financeiras. O segundo fator refere-se à forma de produção da CSA Alfa, que não se opõe aos métodos da agricultura convencional por interesses de obtenção de lucro, mas porque busca oferecer um qualitativo para o ato de se alimentar e responde às necessidades das pessoas vinculadas.

O terceiro diz respeito à forma que a troca diretamente assume: a associação entre as pessoas, a continuidade e a regularidade das prestações, a eliminação do intermediário encurtando a cadeia distributiva, a prática de consumidores acompanharem a produção agrícola e a participação coletiva nas decisões sobre as atividades do grupo favorecem o estabelecimento das relações de reciprocidade e a geração de valores afetivos e morais. O quarto fator é quase uma decorrência desse terceiro e diferencia-se na realização de atividades conjuntas entre as famílias de consumidores e as famílias dos agricultores para além desse circuito da troca comercial. Em conjunto, evidenciam a presença de relações de reciprocidade nas operações da CSA Alfa.

Assim, se a reciprocidade é um princípio antagônico à troca ao não buscar apenas a noção do cálculo e a satisfação dos interesses materiais privados (Polanyi 2012a e 2012b; Chabal e Temple, 1998; Sabourin, 2011c), ela necessariamente traz implicações diferentes. Foi identificado que as relações de reciprocidade, além da utilidade material produzida, resultam no afastamento da competição e no estabelecimento de valores afetivos e morais de amizade, confiança, reconhecimento mútuo, solidariedade e fidelidade.

Na CSA Alfa as trocas não são um ato impessoal de encontro no mercado entre um agricultor ofertante e um consumidor demandante. Não há venda de cestas individualmente. O produtor e o consumidor que desejam ingressar no grupo precisam assumir um compromisso com suas prestações, seja de regularidade, de aceitação de riscos, de tolerância, dentre outros. Isso indica uma busca em estabelecer um compartilhamento de valores comuns (SABOURIN, 2011c; CHABAL 2005), não é tanto o objeto de partilha que importa

(alimento), mas as ações dos indivíduos. A compreensão de que se estabelecem relações de reciprocidade também decorre dos valores afetivos e morais decorrentes das interações na CSA Alfa que aparecem na fala dos consumidores e dos produtores: a confiança, a amizade, a justiça e a responsabilidade são valores que eles relatam e que estão apresentados na literatura como gerados pela reciprocidade simétrica.

As interações são essenciais para a produção desses valores. Nesse sentido, a primeira dessas interfaces é que a CSA constitui o que Sabourin (2013) define como cadeias curtas, caracterizadas por um sistema misto entre troca de mercado e reciprocidade. A interface de encontro entre produtor e consumidor é o que permite redobrar uma relação de reciprocidade e gerar valores afetivos e morais. Uma das formas de interação ocorre regularmente em visitas semanais de acompanhamento da produção, realizadas pelos consumidores. Outra forma de interação entre os participantes ocorre nos pontos de entregas das cestas aos sábados. Nesse caso, a aproximação ocorre mais entre consumidores. Nas situações acompanhadas foi possível perceber uma forte integração entre os consumidores, que em vez de apenas retirarem a cesta, permaneciam no local em rodas de conversas, alguns pelo turno inteiro da entrega.

A que desponta com a mais ampla e abrangente interação entre os participantes da CSA Alfa é um evento bimestral com a duração de um final de semana, em que as famílias dos consumidores acampam nas terras de um agricultor e realizam uma série de atividades. Os consumidores fazem mutirões no plantio, almoços e jantares coletivos, atividades de lazer como dança e jogos de cartas, caminhadas, práticas mais espiritualizadas como yoga, reiki e xamanismo, brincadeiras para as crianças, dentre outros. Em alguns desses eventos, o grupo realiza assembleias para a tomada de decisão coletiva, daquelas questões que não são cotidianas. Essa série de interações produz um senso de amizade, de responsabilidade e de confiança, conforme foi relatado por muitos integrantes, tanto produtores e consumidores. Uma consumidora explicou que a vantagem de participar da CSA Alfa em relação aos canais tradicionais de compra de alimentos é a interação entre as pessoas. Nesses casos, é evidente que a relação social ou afetiva entre os sujeitos é mais importante que a natureza material da prestação do trabalho.

Ao longo da pesquisa, foi possível verificar algumas situações em que o grupo demonstrou solidariedade, especialmente quando a colheita foi afetada pela seca que ocorreu entre setembro e outubro de 2015 e o período de chuvas em janeiro de 2016. Muito provavelmente essas situações de solidariedade e tolerância sejam em decorrência do estabelecimento prévio das relações de reciprocidade. De uma forma geral, as pessoas demonstravam aceitação e tolerância em relação à cesta nas condições em que recebiam, com poucos itens ou com itens muito pequenos.

Essas situações de ajuda mútua simétrica nos problemas de colheita evidenciam que a relação social e afetiva entre os sujeitos tem mais importância do que a natureza material das prestações. Isso indica um afastamento da lógica do mercado. Mas a ajuda mútua que é estabelecida vai além do conceito da presença física das pessoas, por exemplo, realizando os mutirões de capina, plantação ou colheita com os consumidores nas hortas dos agricultores. De fato, a forma como se vinculam e a própria solidariedade entre

produtor e consumidor indicam a existência de relações mais profundas de ajuda mútua. Quando o consumidor demonstra tolerância com os alimentos que recebe no período de dificuldade de colheita, quando aceita produtos de época e diversificados e quando esse consumidor aceita ingressar em uma relação diferente de uma simples compra no mercado e financiar a produção do agricultor assumindo em conjunto os riscos, ele está de uma forma diferente ajudando esse agricultor a produzir por meio de novas formas de ajuda mútua.

A ajuda mútua também se torna evidente quando há a presença de trabalho voluntário, seja daqueles que atuam na administração, daqueles que acompanham a produção ou daqueles que auxiliam na entrega das cestas. Cada um auxilia com as suas habilidades, indicando o que Sabourin (2009) classifica como o compartilhamento do trabalho. Por exemplo, as pessoas que têm formação em áreas relacionadas à agricultura dispuseram-se voluntariamente a trabalhar, nutricionistas que integram o grupo auxiliam na execução de apresentações mais técnicas, dentre outros.

Outra questão importante é a ausência de certificação ou selo formal sobre a origem do produto. Isso evidencia um afastamento da lógica de mercado e o estabelecimento de relações de reciprocidade nos termos de Sabourin (2009 e 2011c). Para definir essa relação, na fala de todos aparece a palavra confiança. O Produtor 1 diz que “O jeito que a gente atesta para os coprodutores que os alimentos são agroecológicos é na confiança, eles confiam que eu faço certo” (PRODUTOR 1). A Aprendiz 1 diz que “Os coprodutores da CSA não exigem a certificação porque é tudo na base da confiança mesmo, não tem assinatura de ninguém, eles confiam que nós vamos produzir sem veneno e a gente confia que eles vão pagar” (APRENDIZ 1). Em conversas mais extensas com consumidores, também surgiu a palavra confiança para explicar a ausência da certificação formal. O Consumidor 1, por exemplo, disse: “Eu sei porque eu confio nos agricultores e eu conheço eles” (CONSUMIDOR 1), aparentemente sinalizando a importância do estabelecimento das relações de reciprocidade para fortalecer a confiança.

Os resultados sinalizam que, em razão dessa aproximação entre produtores e consumidores e das práticas de reciprocidade estabelecidas em virtude dessa aproximação, é possível adicionar, além do valor de utilidade, sentimentos e questões morais às transações, que prevalecem em diversos momentos. Isso possui diversas implicações, uma primeira é que o predomínio da lógica da reciprocidade na CSA Alfa define essencialmente uma nova forma de produção e distribuição de alimentos que, mesmo inserida no sistema capitalista, atua em uma direção oposta à mercantilização em diversos momentos.

A ajuda mútua, o compartilhamento de trabalho e de saberes e a solidariedade aumentam a proteção em relação aos mecanismos de mercado, à competição e à busca pela vantagem e permitem um resgate de valores como solidariedade e confiança, que são ausentes em relações de mercado. O próprio conceito que está por trás da CSA Alfa no seu regimento interno indica uma busca ou uma sensação de ação pelos consumidores e produtores. O fortalecimento da ligação entre eles mediante o encurtamento da cadeia possibilita trazer de volta aspectos decisórios para as comunidades, resgatando um grau de autonomia

relativo. As regras estabelecidas na CSA Alfa induzem os participantes a assumir decisões, responsabilidades e riscos em conjunto e isso fortalece os laços sociais. Tal como propõe Laville (2001), as associações com a CSA Alfa podem redescobrir o potencial organizador da sociedade fazendo referência à existência de uma maior solidariedade (LAVILLE, 2001). Essa solidariedade permite movimentos que Niederle e Almeida (2013) indicam como capazes de defender os sistemas locais de produção e consumo, os quais Ploeg (2008) forneceu algumas pistas para alertar sobre a importância de atividade de CSA como uma crítica simbólica, uma insubordinação e uma alternativa aos ditos impérios alimentares. Essa é a implicação das relações de reciprocidade no circuito da CSA Alfa: afastar da lógica de mercado, proporcionar uma alternativa mais justa de comercialização e ampliar a autonomia relativa e o grau de coesão da comunidade em questão.

#### **7.4 Reprodução material e social dos indivíduos**

Os relatos dos consumidores e as interações observadas entre eles parecem indicar que a sua participação na CSA Alfa fortalece alguns aspectos vinculados à sua reprodução material e social. A adoção de uma dieta isenta de agrotóxicos ou outros produtos químicos promove a saúde humana, o conhecimento da procedência dos alimentos e a construção de um senso de comunidade em torno da alimentação são os principais benefícios gerados aos consumidores pelo engajamento neste grupo de CSA.

Ainda que apenas uma minoria dos consumidores tenha informado que realizou comparativo de preços com outros canais, aqueles que o fizeram disseram que participar da CSA Alfa permite uma redução de gastos, facilitando a sua reprodução material. Essa compreensão é reforçada por alguns consumidores que integram o núcleo de gestão. Segundo eles, para propor os novos valores das mensalidades para os consumidores em 2016, um dos critérios utilizados foi um preço que ficasse intermediário entre os valores pagos a produtores em pontos de revenda e os valores cobrados de consumidores em locais de venda de alimentos orgânicos.

Um outro ponto que merece destaque nesse sentido é que uma parcela significativa dos consumidores alterou os seus hábitos alimentares em direção a uma dieta mais saudável: alguns deles informam que passaram a consumir mais frutas, legumes e vegetais, adaptaram a alimentação aos ingredientes que recebem nas cestas, passaram a cozinhar e alimentar-se mais no ambiente doméstico e aprenderam novas formas de preparar os alimentos mediante as interações com os produtores e com os demais consumidores.

Em relação aos agricultores, uma série de questões vêm a favorecer a autonomia relativa e fortalecer a sua capacidade de produção e reprodução no ambiente rural, tanto nos aspectos materiais de existência quanto naqueles atrelados ao seu ambiente social e cultural. Já foram aqui relatadas as relações de reciprocidade que se estabelecem entre produtor e consumidor por meio da ajuda mútua e do compartilhamento que resultam, dentre outros, em solidariedade, tolerância, fidelidade e comprometimento mútuos; o afastamento dos mecanismos de mercado mediante reciprocidade mobilizada na comunidade rural e incentivada pela CSA

Alfa; e a garantia do escoamento da produção em virtude do financiamento prévio. Também devem ser considerados sob esse viés a aceitação e a valorização por parte dos consumidores dos alimentos que recebem na cesta, independentemente do seu tamanho e aparência; a ampliação dos recursos mobilizados na unidade produtiva agrícola ao invés do mercado, a autonomia de decisão a respeito do processo produtivo; a remuneração do agricultor; e a manutenção de outros canais de comercialização que não geram dependência das atividades da CSA.

Em relação à aceitação dos alimentos, em diversas situações ao longo do tempo de acompanhamento do trabalho do Produtor 1 na roça, ele mencionou a frase: “Os consumidores da CSA querem qualidade, e não boniteza” (PRODUTOR 1). Uma situação destas ocorreu na colheita de cenouras, quando o Produtor 1, o Aprendiz 1 e o Aprendiz 2 mostraram cenouras pequenas que são aceitas na CSA e são descartadas nos canais convencionais de mercado.

A CSA Alfa tem levado os agricultores a ampliarem os recursos mobilizados na própria unidade produtiva em vez do mercado. Isso ocorre em quatro diferentes situações: a utilização de esterco e folhas como adubo naturais substituindo fertilizantes industrializados, o uso de caldas orgânicas produzidas pelo agricultor em vez de defensivos químicos industrializados, o movimento ainda em fase inicial em direção à produção de suas próprias mudas e sementes e a produção para o autoconsumo familiar. Nessas quatro situações, a reciprocidade assume papel central e corrobora a afirmação de Ploeg (2008) de que é ela que possibilita um distanciamento dos mercados para obter mão de obra na agricultura familiar e para a produção de recursos.

A produção para o autoconsumo do grupo familiar também apareceu como um dos recursos mobilizados na própria unidade produtiva em vez do mercado que foi decorrência da participação do agricultor na CSA Alfa. Os agricultores relataram que compram legumes, vegetais nem frutas no mercado, pois consomem praticamente tudo o que plantam para a CSA Alfa. O Produtor 1 explica que a prática de produzir para o consumo do grupo familiar era realizada no passado, mas que, em razão do monocultivo, esse hábito foi sendo perdido por sua família, sendo recuperado ao participar da CSA Alfa.

Há fortes indicativos de que a remuneração recebida pelos agricultores na CSA Alfa esteja atrelada a uma maior autonomia relativa. Nas conversas, eles com frequência afirmavam que a CSA lhes proporciona uma situação financeiramente confortável e que a remuneração recebida era melhor do que a das atividades realizadas anteriormente. Por exemplo, em determinada ocasião, o Produtor 1 disse: “A CSA paga mais do que as outras e o dinheiro é garantido, é sagrado, você pode contar com ele” (PRODUTOR 1). O Produtor 2, da mesma forma, disse que a CSA havia sido até o momento a atividade que melhor lhe remunerou no ambiente rural. Os agricultores relatavam que a CSA também adquire vantagem em razão da garantia do escoamento da produção, do financiamento e dos riscos compartilhados com os consumidores.

Em conjunto, a aceitação e a valorização por parte dos consumidores dos alimentos que recebem na cesta independente do seu tamanho e aparência, a ampliação dos recursos mobilizados na própria unidade

produtiva em vez do mercado (a utilização de esterco e folhas como adubo naturais substituindo fertilizantes industrializados, o uso de caldas orgânicas produzidas pelo agricultor em vez de defensivos químicos, a busca em ampliar a produção de mudas e sementes e a produção para o autoconsumo), a autonomia de decisão a respeito do processo produtivo, a remuneração do agricultor e a manutenção de outros canais de comercialização favorece a autonomia em relação ao mercado dos agricultores e as suas condições necessárias para a reprodução material e social. Essa ampliação da autonomia é acompanhada de um afastamento da lógica do mercado, implicando na diminuição do grau de mercantilização.

Os elementos fornecidos reforçam a tese de que a participação dos agricultores na CSA Alfa tem fortalecido as suas condições de permanência no ambiente rural. Entretanto, os efeitos imediatos da CSA Alfa parecem ir além da aparente reversão do êxodo rural. Neste grupo de CSA, ocorreu nitidamente a reversão do êxodo agrícola, definido por Abramovay (2007) como a não realização de atividades agropecuárias, mesmo vivendo no campo. Também ocorreu o que Ploeg (2008) define como influxo, que é um movimento de pessoas que não são agricultores camponeses e passam a integrar essa força produtiva. Isso porque os filhos do Produtor 1 passaram a exercer a atividade de agricultores pela primeira vez para atender a demanda da CSA Alfa. Ambos já viviam com suas famílias nas terras do Produtor 1, mas sempre trabalhavam em atividades em zonas urbanas. Para alguns consumidores, isso é visto como um dos benefícios de participar de uma CSA. Por exemplo, uma das consumidoras afirma: “Considero um privilégio a oportunidade de fazer parte de um sistema que coopera para que famílias consigam viver no campo” (CONSUMIDORA 19). Isso vai ao encontro das possibilidades sugeridas por Polanyi que são capazes de promover uma maior coesão social. Ao fazer isso, a CSA Alfa se caracteriza efetivamente como um contramovimento à mercantilização da agricultura e dos sistemas alimentares.

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise das atividades da Agricultura Sustentada pela Comunidade corroborou para a hipótese de que os indivíduos não são passivos diante dos efeitos da mercantilização. As principais formas que se configuram na CSA Alfa operam padrões de troca não mercantil, especificamente a reciprocidade ao fazer referência a uma relação humana, nos termos de Sabourin, 2011c, privilegiando o ato em vez do objeto e do interesse privado. Essas relações de reciprocidade resultam em solidariedade, tolerância, fidelidade e comprometimento mútuos, mas, principalmente, na ampliação da autonomia relativa dos indivíduos e no estabelecimento de um senso de comunidade, que se faz em torno do alimento. Esse conjunto de relações presente na experiência observada constitui um contramovimento ao favorecer a autonomia relativa e elevar a coesão social de produtores e consumidores participantes.

Portanto, os resultados sinalizam que uma CSA, ao ser permeada também pela lógica da reciprocidade, pode se constituir em um motor da produção tão eficaz quanto aquele unicamente da lógica da troca para

acumulação. Na pesquisa, foram identificados três fatores específicos desta eficácia: a forma de produzir o alimento oposto da agricultura tradicional, o encurtamento da cadeia e as atividades em conjunto, mobilizadas pelo grupo para além dos momentos de troca. Os resultados para o sistema transcendem os puramente econômicos. A CSA Alfa parece colocar em prática os ideais de Polanyi sobre a dependência do homem em relação à natureza e aos seus semelhantes. Além disso, há uma modificação relevante na vida daqueles que integram uma CSA. Em alguns casos, conforme apareceu nos relatos dos consumidores, a mudança transcende as relações estabelecidas entre o grupo e altera outros comportamentos individuais, tanto alimentares quanto de consumo em outras esferas cotidianas, impactando também nas formas de interação estabelecidas com as pessoas e com a comunidade em que estas pessoas estão inseridas.

Os resultados e conclusões ganham relevância na medida em que contribuem com novas informações e possibilidades de atuação na reversão do êxodo rural, na diminuição da pobreza, na redução de gastos públicos em saúde com uma alimentação mais saudável, assim como na promoção de iniciativas de desenvolvimento local e preservação do meio ambiente. Uma limitação deste estudo refere-se à abrangência alcançada ao longo da pesquisa, porque a realização do estudo de caso em um grupo de CSA não permite uma generalização das inferências para todo o universo de atividades similares. Por fim, este tipo de abordagem pode ser desenvolvido de diversas maneiras, pois os problemas aqui tratados de modo algum estão esgotados, sendo possível avaliar outros casos de Agricultura Sustentada pela Comunidade ou mesmo realizar um estudo longitudinal no grupo pesquisado, assim como avaliar a relação entre o consumo e sustentabilidade numa CSA, as características peculiares e as interações entre o rural e o urbano em tais iniciativas e os impactos provenientes do consumo local.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007. 296 p
- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Artmed: Porto Alegre, 2009. (Coleção pesquisa qualitativa).
- BORJA, Ross M.; OYARZÚN, Pedro; ZAMBRANO, Sonia; LEMA, Francisco. Sistemas alimentares locais: um caso de sucesso entre consumidores urbanos do Equador. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 27-31, jun. 2013.
- CHABAL, Mireille. Les Structures Élémentaires de Réciprocité. In: CONFERÊNCIA-DEBATE, 2005, Cauris. **Anais...** Cauris: Association Cauris, 2005. Disponível em: <<http://afrique.cauris.free.fr/mireille.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.
- CHABAL, M.; TEMPLE, D. Echange et réciprocité. Présentation de Temple & Chabal. La réciprocité et la naissance des valeurs humaines, 1998. Disponível em: <<http://http://mireille.chabal.free.fr/echange.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- CSA BRASIL. 2015. Disponível em: <<http://csabrasil.org>>. Acesso em: 5 nov. 2015.
- DAROLT, Moacir Roberto; LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Construção Social dos Mercados. Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 8-13, jun. 2013.
- ESCHER, Fabiano. **Os assaltos do moinho satânico nos campos e os contramovimentos da agricultura familiar: atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná**. 2011. 278 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.

- GAZOLLA, Marcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai. 2004. 306 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2004
- GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: Colóquio Agricultura Familiar E Desenvolvimento Rural. **Anais...** Porto Alegre: GEPAD - UFRGS, 2005.
- HENDERSON, Elisabeth; VAN EN, Robyn. **Sharing the harvest**: a citizen's guide to community supported agriculture. 2. ed. Vermont: Chelsea Green Publishing Co., 2007.
- LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária, a perspectiva europeia. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 16, n. 1-2, p. 57-98, jun./dez, 2001.
- MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio Zamboni; BORBA, Marcos Flavio Silva; WAQUIL, Paulo Dabdab; SCHNEIDER, Sérgio Schneider. A realocação e o mercado de cadeias curtas na pecuária familiar do território Alto Camaquã no Sul do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 7., 2014, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2014.
- MCFADDEN, Steven. **Community farms in the 21st century**: poised for another wave of growth? Kutztown, PA: Rodale Institute, 2004. Disponível em: <<http://newfarm.rodaleinstitute.org/features/0104/csa-history/part1.shtml>>. Acesso em 8 set. 2015.
- NIEDERLE, Paulo André; ALMEIRA, Luciano. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIERDELE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano; VEZZANI, Fabiane Machado (orgs). **Agroecologia**: práticas, mercados e política para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 23-67.
- PEREZ-CASSARINO, Julian; FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da Rede Ecovida de Agroecologia. In: NIERDELE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano; VEZZANI, Fabiane Machado (orgs). **Agroecologia**: práticas, mercados e política para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 171-213.
- PETERSEN, Paulo. Editorial. Construção social dos mercados. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, jun. 2013.
- PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 376 p.
- PLOEG, Jan Douwe van der. The food crisis, industrialized farming and the imperial regime. **Journal of Agrarian Change**, v. 10, n. 1, p. 98–106, jan. 2010.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012a.
- POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012b.
- POLANYI, Karl. The two meanings of economic. In: POLANYI, Karl; PEARSON, Harry (Orgs.). **The livelihood of man**. New York: Academic Press, 1977. p. 19-34.
- SABOURIN, Eric Pierre. A qualificação das transações econômicas: aportes e limites da contribuição de Karl Polanyi. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30., 2006, Caxambu. **Periódico del Mauss**, online, 18 p. Disponível em: <[http://www.jornaldomauss.org/jornal/extra/2007\\_08\\_06\\_18\\_57\\_21.pdf](http://www.jornaldomauss.org/jornal/extra/2007_08_06_18_57_21.pdf)>. Acesso em: 13 maio 2016.
- SABOURIN, Eric Pierre. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, (suplemento especial). p. 18-30, 2014.
- SABOURIN, Eric Pierre. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SABOURIN, Eric Pierre. Políticas públicas de desenvolvimento sustentável e reciprocidade. **Raízes**, v. 31, n. 2, jul./dez. 2011a.
- SABOURIN, Eic Pierre. **Sociedades e organizações camponesas**: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: UFRGS, 2011c.
- SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda; HIRAI, Wanda Griep. Mudanças nas práticas de autoconsumo dos produtores familiares: estudo de caso no sul do Brasil. **Agroalimentaria**, v. 16, n. 30, p. 115-25, jan./jun. 2010.
- SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização**: pluratividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- SCHNEIDER, Sergio; ESCHER, Fabiano. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 180-219, maio/ago. 2011.
- TEMPLE, Dominique. **Teoría de la reciprocidad**. 3 t. La Paz: PADEP/GTZ, 2003. Disponível em: <[http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad&id\\_rubrique=170](http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad&id_rubrique=170)>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- URGENCI. **The International Network for Community Supported Agriculture**. Aubagne, FR: Urgenci, 2016. Disponível em: <<http://urgenci.net>> Acesso em: 10 maio 2016.